

DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Wender Costa de Oliveira, brasileiro, casado, eletricitista, portador do RG nº 002776242 e do CPF nº 080.704.094-01, residente na Rua Zeus, nº 160, Bairro: Alto do Sumaré, CEP: 59632-215, Mossoró-RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes, fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei 7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró-RN, em 23 de janeiro de 2020.

Declarante:

Wender Costa de Oliveira

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante **Wender Costa de Oliveira**, brasileiro, casado, eletricitista, portador do RG nº 002776242 e do CPF nº 080.704.094-01, residente na Rua Zeus, nº 160, Bairro: Alto do Sumaré, CEP: 59632-215, Mossoró-RN, CONTRATA com advogados - KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró-RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **" ad exitum";**

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - RN, em 23/01/2020.

Contratante: Wender Costa de Oliveira

Contratado: _____

OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº

Testemunhas: _____

CPF nº



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, **Wender Costa de Oliveira**, brasileiro, casado, eletricista, portador do RG nº 002776242 e do CPF nº 080.704.094-01, residente na Rua Zeus, nº 160, Bairro: Alto do Sumaré, CEP: 59632-215, Mossoró-RN Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na Comarca de Mossoró-RN. Afirma ainda ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 23/01/2020.

Declarante: Wender Costa de Oliveira

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

Outorgante: Eu, **Wender Costa de Oliveira**, brasileiro, casado, eletricitista, portador do RG nº 002776242 e do CPF nº 080.704.094-01, residente na Rua Zeus, nº 160, Bairro: Alto do Sumaré, CEP: 59632-215, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na Comarca **Mossoró-RN**, podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - RN, 23/01/2020.

Outorgante: *Wender Costa de Oliveira*.

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1759050518

PROIBIDO PLASTIFICAR
1759050518

NOME
WENDER COSTA DE OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
002776242 SSP RN

CPF
080.704.094-01

DATA NASCIMENTO
24/11/1989

FILIAÇÃO
JOSE VALTER DE OLIVEIRA
ALENIR COSTA DE OLIVEIRA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
04555177306

VALIDADE
24/02/2024

1ª HABILITAÇÃO
23/01/2009

OBSERVAÇÕES
EAR

Assinatura do Portador
Wender Costa de Oliveira

LOCAL
MOSSORO, RN

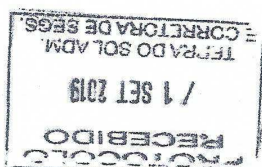
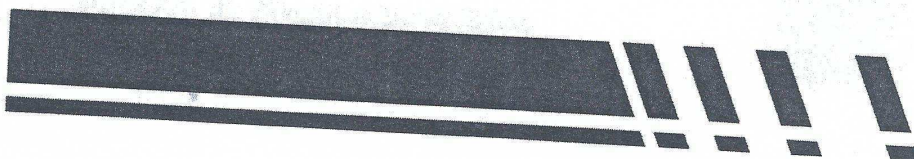
DATA EMISSÃO
28/02/2019

Assinatura do Emissor
Octávio Santiago Filho
Diretor Geral - Detran/RN

51080385078
RN705278182

RIO GRANDE DO NORTE





PRF

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

PROTOCOLO: Nº 19028334B01



Maiores dúvidas acesse: www.prf.gov.br/portal



Para cópia do seu Boletim acesse o sítio: www.prf.gov.br/novobat /consultar Informe o número do protocolo e o CPF/CNPJ de um dos envolvidos no acidente; e Clique em Imprimir.



Atenção: As vítimas de acidente têm direito ao recebimento do Seguro DPVAT. Para maiores informações, acesse: www.dpvaiseguro.com.br **Em casos de avaliação de danos com MÉDIA ou GRANDE MONTA, verificar os trâmites da Resolução 544 do CONTRAN. Procure o órgão estadual de trânsito (DETRAN) do seu Estado, antes de fazer reparos no veículo.**

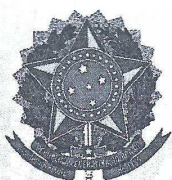


Assinatura
eletrônica

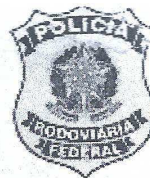
Documento assinado eletronicamente por M. MEDEIROS, matrícula 1371507, Policial Rodoviário Federal, em 30/05/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do Inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19028334B01 e o número de controle A9AAED70156FAD9330C929DDB4D282.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19028334B01

INFORMAÇÕES GERAIS

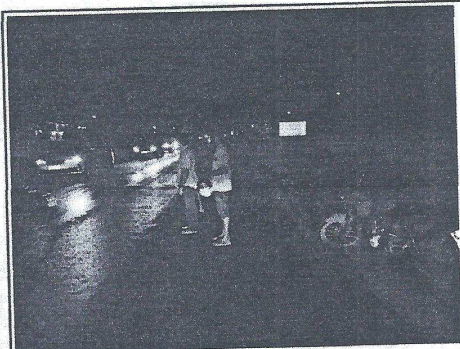
Data: 29/05/2019 Hora: 18:30 Município: MOSSORO/RN
BR: 110 KM: 46,6 Sentido: Crescente
Policial responsável pelo atendimento: M. MEDEIROS, 1371507

ASPECTOS DO LOCAL

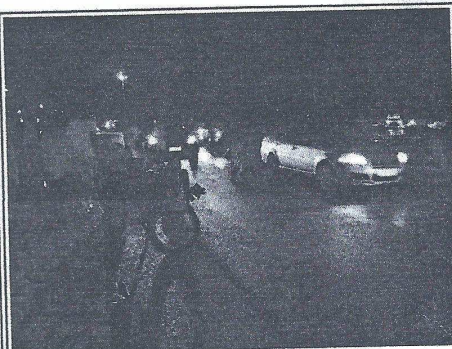
Tipo de via: Principal
Tipo de pista: Simples
Estrutura Viária: Interseção de Vias
Acostamento: Sim
Condição meteorológica: Céu Claro

Tipo de pavimento: Asfalto
Condição da Pista: Seca
Localidade urbanizada: Sim
Canteiro Central: Não
Fase do dia: Plena Noite

IMAGENS PANORÂMICAS



SENTIDO DECRESCENTE



SENTIDO CRESCENTE

NARRATIVA

Através dos vestígios encontrados no local, verificou-se que o automóvel (Não Localizado), V2, ao adentrar a rodovia, em frente ao Restaurante Tenda, colidiu transversalmente com a motocicleta de placa MYT-4347/RN, V1, que seguia no sentido Mossoró - Areia Branca. Após a colisão, o motociclista, o Sr. Wender Costa de Oliveira, CPF 080.704.094-01, foi projetado à frente, sendo encontrado imobilizado sobre a pista, em decúbito dorsal. A motocicleta foi encontrada apoiada sobre seu pedal (Possivelmente movida do local da queda por algum usuário que ajudava no momento). O motociclista foi conduzido ao Hospital Regional Tarcísio Maia pelo SAMU. OBS: 1 - Velocidade regulamentar para o local é de 40 km/h. 2 - Sinalização horizontal e vertical em condições razoáveis. Local muito escuro a noite. Pavimento em boas condições. 3 - Condutor de V1 encaminhado ao Hospital Regional Tarcísio Maia, na cidade de Mossoró/RN, pelo SAMU, com muitas dores e possível fratura de clavícula. 4 - Condutor de V2 evadiu do local em seu veículo. 5 - Condições ambientais boas. 6 - Acidente ocorreu poucos minutos antes da chegada da equipe PRF, que fazia ronda pela região



Documento assinado eletronicamente por M. MEDEIROS, matrícula 1371507, Policial Rodoviário Federal, em 30/05/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19028334B01 e o número de controle A9AAED70156FAD9330C929DDB4D282.

191



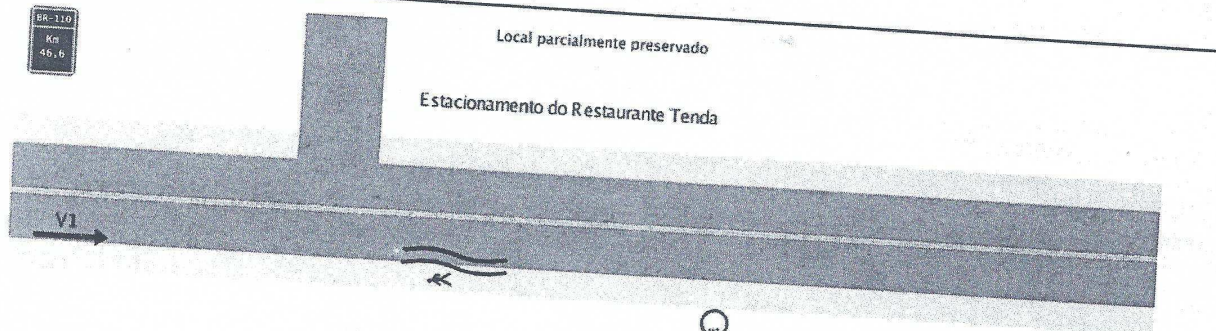


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19028334B01



CROQUI DA CENA DO ACIDENTE



← MOSSORÓ/RN

AREIA BRANCA/RN →

AMARRAÇÃO - NÃO REALIZADA

EVENTOS SUCESSIVOS

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão transversal	
2	Tombamento	V1

MARCAS NO PAVIMENTO

Evento	Veículo	Frenagem (m)	Derrapagem (m)	Arrastamento (m)
2	V1			

DANOS COLATERAIS - NÃO HOUVE

APOIO EXTERNO

Tipo de Órgão	Solicitação	Comparecimento

V1 - VEÍCULO 1 - MYT4347 - MOTOCICLETA

V1 - Informações

Placa: MYT4347 Marca/modelo: HONDA/CG 150 TITAN KS
Ano fabricação: 2006 Chassi: 9C2KC08106R913964
Espécie: Passageiro Categoria: Particular

Renavam: 00890434034
Tipo de veículo: Motocicleta
Cor: Vermelha



Documento assinado eletronicamente por M. MEDEIROS, matrícula 1371507, Policial Rodoviário Federal, em 30/05/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do Inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19028334B01 e o número de controle A9AAED70156FAD9330C929DDB4D282.

191





ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: KELY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO

DATA: 29/07/2020 20:25:08

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: KELY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO

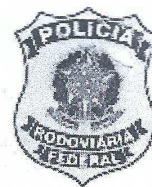
DATA: 29/07/2020 20:25:08

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: KELY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19028334B01

Manobra no momento do acidente: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento

Informações complementares: Danos nas carenagens e pisca alerta do lado esquerdo - quebrados. Danos de arrasto no lado direito da motocicleta - cano de escape, pedais de apoio, guidão.

V1 - Encaminhamento

Motivo: Outros

Tipo de Receptor: Outro

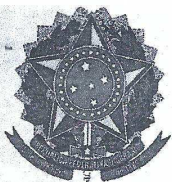
Informações complementares: Motocicleta entregue a pessoa de Francisco das Chagas Duarte de Souza, indicada pelo condutor, que compareceu ao local do acidente



Documento assinado eletronicamente por M. MEDEIROS, matrícula 1371507, Policial Rodoviário Federal, em 30/05/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19028334B01 e o número de controle A9AAED70156FAD9330C929DDB4D282.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19028334B01

V1 - Proprietário

Nome: WENDER COSTA DE OLIVEIRA
Email:
Endereço: MOSSORO-RN

CPF/CNPJ: 080.704.094-01
Telefone:

V1C - CONDUTOR DE V1 - WENDER COSTA DE OLIVEIRA

V1C - Informações

Nome: WENDER COSTA DE OLIVEIRA
CPF: 080.704.094-01
Sexo: Masculino
Usava capacete: Sim

Data de Nascimento: 24/11/1989
Estado civil: Casado(a)
Estado físico: Lesões Graves

V1C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor

Categoria: AB
UF: RN
Observações CNH: 15

Primeira habilitação: 23/01/2009
Vencimento da habilitação: 24/02/2024

Nº Registro: 04555177306
Motorista profissional: Não

V1C - Alterações da Capacidade Motora

Foi possível realizar teste do etilômetro: Não
Visíveis sinais de embriaguez: Não

Condutor se recusou a realizar o teste: Não
Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

V1C - Dados do Contato

Endereço: DO SABIA, 255, ALTO DO SUMARE, MOSSORO-RN
Telefone: 84 998082035
Email:

V2 - VEÍCULO 2 - NÃO IDENTIFICADO - AUTOMÓVEL

V2 - Informações

Placa:
Ano fabricação:
Espécie:
Manobra no momento do acidente: Entrando na via

Marca/modelo:
Chassi:
Categoria:

Renavam:
Tipo de veículo: Automóvel
Cor:



Documento assinado eletronicamente por M. MEDEIROS, matrícula 1371507, Policial Rodoviário Federal, em 30/05/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19028334B01 e o número de controle A9AAED70156FAD9330C929DDB4D282.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19028334B01

V1 - Relatório de Avarias - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V1 / HONDA/CG 150 TITAN KS

Placa: MYT4347

Nº BOAT: 19028334B01

Nome do Agente: M. MEDEIROS

Matrícula do Agente: 1371507

Data: 29/05/2019

Item	Descrição do Item	Valor	Item danificado no acidente		
			Sim	Não	NA
1	Garfo dianteiro			X	
2	Mesa superior da suspensão dianteira			X	
3	Mesa inferior da suspensão dianteira			X	
4	Coluna de direção			X	
5	Chassi			X	
6	Garfo traseiro			X	
7	Eixo traseiro (tríciclos)			X	
Dano de Montagem: Pequena					

V1 - Imagens Obrigatórias

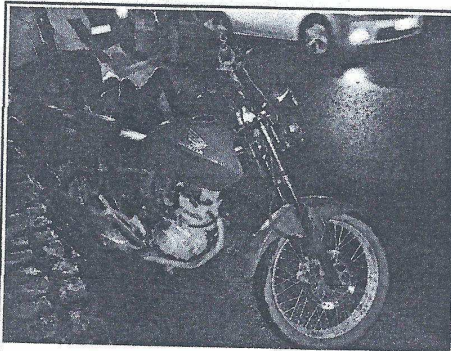


IMAGEM DA LATERAL DIREITA

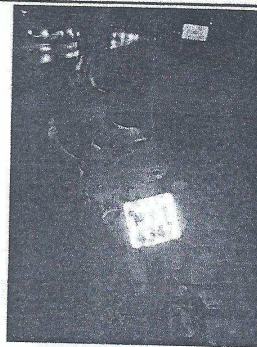


IMAGEM DA TRASEIRA

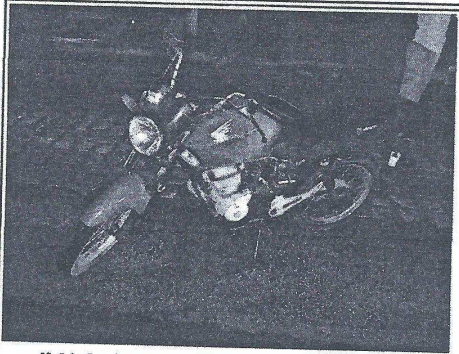


IMAGEM DA LATERAL ESQUERDA

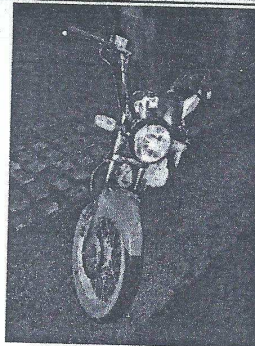


IMAGEM DA FRENTE



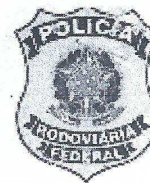
Documento assinado eletronicamente por M. MEDEIROS, matrícula 1371507, Policial Rodoviário Federal, em 30/05/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobal/autenticar>, informando o protocolo 19028334B01 e o número de controle A9AAED70156FAD9330C929DDB4D282.

191





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19028334B01

V2 - Proprietário

Nome:
Email:
Endereço:

CPF/CNPJ:
Telefone:

V2C - CONDUTOR DE V2 - Não localizado

V2C - Informações

Nome:
Sexo:

Data de Nascimento:
Estado físico:

Informações complementares: Veículo evadiu do local

V2C - Dados da Habilitação para Conduzir Veículo Automotor

Categoria:
UF:
Observações CNH:

Primeira habilitação:
Vencimento da habilitação:

Nº Registro:
Motorista profissional: Não

V2C - Alterações da Capacidade Motora

Foi possível realizar teste do etilômetro: Não
Visíveis sinais de embriaguez: Não

Condutor se recusou a realizar o teste: Não
Sinais de uso de substâncias psicoativas: Não

V2C - Dados do Contato

Endereço:
Telefone:

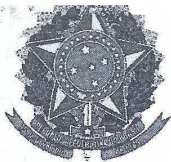
Email:



Documento assinado eletronicamente por M. MEDEIROS, matrícula 1371507, Policial Rodoviário Federal, em 30/05/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19028334B01 e o número de controle A9AAED70156FAD9330C929DDB4D282.

191





MINISTERIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 19028334B01

V2 - Relatório de Avarias - Resolução nº 544/2015-CONTRAN

Veículo: V2 /

Nome do Agente: M. MEDEIROS

Placa:

Matrícula do Agente: 1371507

Nº BOAT: 19028334B01

Data: 29/05/2019

Item	Descrição do item	Valor	Item danificado no acidente		
			Sim	Não	NA
1	Painel corta-fogo				Veículo evadiu do local
2	Longarina dianteira esquerda				Veículo evadiu do local
3	Caixa de roda dianteira esquerda				Veículo evadiu do local
4	Estrutura da soleira esquerda				Veículo evadiu do local
5	Air Bags Frontais				Veículo evadiu do local
6	Air Bags Laterais				Veículo evadiu do local
7	Estrutura da coluna dianteira esquerda				Veículo evadiu do local
8	Estrutura da coluna central esquerda				Veículo evadiu do local
9	Estrutura da coluna traseira esquerda				Veículo evadiu do local
10	Caixa de roda traseira esquerda				Veículo evadiu do local
11	Assoalho central esquerdo				Veículo evadiu do local
12	Longarina traseira esquerda				Veículo evadiu do local
13	Assoalho portamalas ou caçamba				Veículo evadiu do local
14	Longarina traseira direita				Veículo evadiu do local
15	Caixa de roda traseira direita				Veículo evadiu do local
16	Estrutura da coluna traseira direita				Veículo evadiu do local
17	Estrutura da soleira direita				Veículo evadiu do local
18	Estrutura da coluna central direita				Veículo evadiu do local
19	Estrutura da coluna dianteira direita				Veículo evadiu do local
20	Assoalho central direito				Veículo evadiu do local
21	Caixa de roda dianteira direita				Veículo evadiu do local
22	Longarina dianteira direita				Veículo evadiu do local

Dano de Monta: Grande

V2 - Imagens Obrigatórias



Documento assinado eletronicamente por M. MEDEIROS, matrícula 1371507, Policial Rodoviário Federal, em 30/05/2019, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 2º do art. 10 da Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 6º do Decreto Nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e na alínea b do inciso IV do art. 2º da Instrução Normativa Nº 61-DG, de 13 de novembro de 2015.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar>, informando o protocolo 19028334B01 e o número de controle A9AAED70156FAD9330C929DDB4D282.

191



CIRURGIA GERAL - AMARELO
DE OLIVEIRA

Paciente: 4061 - WENDER COSTA DE OLIVEIRA (29 a 6 m 5 d)
Nascimento: 24/11/1989 Natural: MOSSORO - RN

Nascimento: 24/11/1989
CNS: 708001835101828

Natural: MOSSORO.BRASIL

Mãe: ALZENIR COSTA DE OLIVEIRA
Logradouro: R. O. GABRIEL

CPF: 08070409401

Prof: _____ Sexo: M Cor: PARDA

Logradouro: DO SABIA, 255

Pai: JOSE VALTER DE OLIVEIRA

CEP: 59632140

Bairro: ALTO DO SUMARE

Cidade: MOSSORO

Motivo(alegado pelo paciente): COLISAO - MOTOQUEIRO
Origem: SAMU RN

Tipo: REGULADO

*Empresa:

OBS: SAMU MOSSORO

[illegible]

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO
Queixas: PACIENTE, 29A - VITIMA DE COLISÃO MOTO/CARRO. APRESENTA PROVAVEL FRATURA DE CLAVICULA DIREITA, ESCORIAÇÕES EM MMSS, DOR INTENSA EM TORAX D. GALASGOW 15
Hora: _____

Hora: :

Hora: 12:00
 Paciente: Roberto, 45 anos, casado, branco, brasileiro, natural de São Paulo, residente em São Paulo, SP.

R= MV +, respiracao. Sem hepatomegalia e ictericia. Dependente
 abdominal doloroso, e indolente a palpacão superficial e profunda.
 e estomago hiperdistendido, pulso regular e normal.
 sem sinais de choque.
 R= 100 batimentos/min, pressão normal, justamentes.
 E= sem sinais de choque, sem sinais de choque.
 Diagn. Inicial: Peritonite, sem sinais de choque.
 sem sinais de choque.

Diagn. Inicial:

PRESCRIÇÃO:

PRESCRIÇÃO:		VIA	HORÁRIO	ASSINT.
1	Decisão médica de resumo 75 mg 1m		20:53	
2	Atendimento de polipneumonia			
3	Exame AP + pulmão + 12 + 10			
4	Alta médica			

Dr. Renato Fernandes
Médico
CRM 100000

HOSPITAL REGIONAL TARCISÓ
ESTA CONFORME O ORIGINAL
SANE MOSCOSO
SANE / ARQUIVO

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Int.

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC)
CID _____ Proc. _____ Data: ____/____/19. Hr: ____ Méd.: _____
*Gerado via SX por KLEBER RICARDO DE FRANCA REZENDE

*Gerado via SX por KLEBER RICARDO DE FRANCA BEZERRA. Impresso em 29 de Maio de 2019.

(Assinar e

Dr. Vicente Andrade
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM - 5592 - FISC 1048



29/07/19 Indicação

Reunião do MTD -
Dor + histórico atual do MTD.
Dor Tóraxica -

R: - M.V. André
- S. F. F. F. F.
- Trina Carlos D.

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO
ESTA CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORO
SAME / ARQUIVO

Pl. T. Carlos

S. B. F.

- Trina Carlos D.

Dr. Vicente Andrade
ORTONEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM - 5572 / 10481



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

COSERN
 Companhia Energética do Rio Grande do Norte
 Rua Mermoz, 150, Baldo, Natal - RN, CEP 59025-250
 CNPJ 08.324.186/0001-81 | Insc. Est. 20055198-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
 WENDER COSTA DE OLIVEIRA
 CPF: 060.704.094-01

DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA
 RUA ZEUS, 160
 ALTO DO SUMARE/AREA URBANA
 MOSSORO RN
 59632-215

TIPO DE CONSUMO
 B1-RESIDENCIAL
 RESIDENCIAL
 Monofásico

NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

035700088 (FATURA) UNICA 100012010
 100012010 30019308811 024008891AC59

7012779956 01/2020
 17/01/2020 07/02/2020
 TOTAL A PAGAR (R\$) 21,84

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)-TUSD	36,00000000	0,26747190	9,62
Consumo Ativo(kWh)-TE	36,00000000	0,26349122	9,48
Acrescimo Bandeira AMARELA			0,50
Contrib. Ilum. Pública Municipal			2,24

9808-2035





**SAMU
MOSSORÓ
192**

**Prefeitura Municipal de Mossoró
Secretaria Municipal da Saúde
SAMU MOSSORÓ 192**

DECLARAÇÃO DE OCORRÊNCIA REGISTRO Nº 319

Mossoró 01 de Julho de 2019

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários que o usuário **WENDER COSTA DE OLIVEIRA, 29 anos.**

Natureza da Ocorrência: Acidente automobilístico: Colisão Moto x Carro

Data da Ocorrência: 29/05/2019

Local da ocorrência: BR-110 (Em frente ao restaurante Tenda)

Viatura: BRAVO – Unidade de Suporte Bravo de Vida - 01

Hora do Chamado: 18h 42min.

Procedimento no Local: Na cena, vítima foi submetida à imobilização (prancha, colar, coxim e tirantes) e encaminhada para a Unidade de Saúde (HRTM), conforme regulação médica do **SAMU 192 Mossoró.**

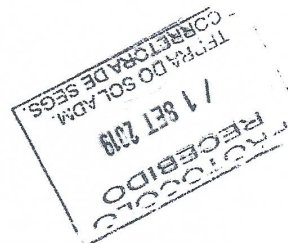
Informamos ainda que o solicitante deste documento foi **WENDER COSTA DE OLIVEIRA, 29 anos, portador de RG 002.776.242.**

Estamos à disposição para mais informações.

Silvania do Monte Santiago
Matrícula 58682-1
Diretora Administrativa do **SAMU/Mossoró**

Dr. Dixon Fradik Medeiros Lima
Diretor SAMU
Matr. 405418-2
CRM/RN 9997

Dixon Fradik Medeiros Lima
Matrícula 405418-3
Diretor Geral do **SAMU/ Mossoró**



SAMU – Mossoró
Rua: Seis de Janeiro, 509 – Santo Antonio – CEP: 59611-070 – Mossoró - RN
Tel / FAX: (0xx-84)3315-4915
e-mail: samumossoro@hotmail.com





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mossoró

Processo nº 0811005-64.2020.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: WENDER COSTA DE OLIVEIRA

Réu: SEGURADORA DPVAT

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de PROCEDIMENTO COMUM (7) distribuída para este d. juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública de Mossoró.

De início, observo que a relação jurídica em questão envolve somente particulares e pedido relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

Ora, é sabido que só compete às Varas da Fazenda Pública de Mossoró, processar e julgar as ações em que o Estado, os Municípios da Comarca ou suas autarquias e fundações forem interessados como autores, réus, assistentes ou oponentes, exceto nos casos de falência e sucessões (artigo 35, III, “a”, da Lei de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte), o que não é o caso dos autos, daí porquê não compete a este órgão jurisdicional processar e julgar a presente ação.

Ademais, com a entrada em vigor da Resolução 26/2018-TJ, de 19/09/2018, a 5ª e 6ª Varas Cível da Comarca de Mossoró passaram a ter a seguinte competência privativa:

“Art. 12. Fica alterada a competência da 2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, renomeada para 5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró para, por distribuição com a 6ª Vara Cível de Mossoró:

I – processar e julgar feitos relacionados com o Seguro DPVAT;

Ante o exposto, **DECLINO** a competência para a 5ª ou 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, a quem compete julgar o presente feito, por distribuição legal.

Proceda-se com a redistribuição do feito através do sistema PJe.



À Secretaria para as providências devidas.

P.I.

Mossoró/RN, data registrada abaixo.

ADRIANA SANTIAGO BEZERRA

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mossoró

Processo nº 0811005-64.2020.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: WENDER COSTA DE OLIVEIRA

Réu: SEGURADORA DPVAT

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de PROCEDIMENTO COMUM (7) distribuída para este d. juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública de Mossoró.

De início, observo que a relação jurídica em questão envolve somente particulares e pedido relacionados ao Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

Ora, é sabido que só compete às Varas da Fazenda Pública de Mossoró, processar e julgar as ações em que o Estado, os Municípios da Comarca ou suas autarquias e fundações forem interessados como autores, réus, assistentes ou oponentes, exceto nos casos de falência e sucessões (artigo 35, III, “a”, da Lei de Organização Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte), o que não é o caso dos autos, daí porquê não compete a este órgão jurisdicional processar e julgar a presente ação.

Ademais, com a entrada em vigor da Resolução 26/2018-TJ, de 19/09/2018, a 5ª e 6ª Varas Cível da Comarca de Mossoró passaram a ter a seguinte competência privativa:

“Art. 12. Fica alterada a competência da 2ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, renomeada para 5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró para, por distribuição com a 6ª Vara Cível de Mossoró:

I – processar e julgar feitos relacionados com o Seguro DPVAT;

Ante o exposto, **DECLINO** a competência para a 5ª ou 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, a quem compete julgar o presente feito, por distribuição legal.

Proceda-se com a redistribuição do feito através do sistema PJe.



À Secretaria para as providências devidas.

P.I.

Mossoró/RN, data registrada abaixo.

ADRIANA SANTIAGO BEZERRA

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Ciente da decisão protocolada sob o id 58153169





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

Processo nº: 0811005-64.2020.8.20.5106

AUTOR: WENDER COSTA DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Em observância aos artigos 319 e 320 do CPC, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, juntando aos autos, sob pena de indeferimento:

A) Comprovante de requerimento administrativo prévio;

B) Comprovante de hipossuficiência.

Decorrido o prazo com ou sem manifestação da parte, voltem os autos conclusos para apreciação.

Intime-se. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 6 de agosto de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Segue em anexo



MOSSORÓ & CONSULTORIA SEGUROS

KELLY MARIA MEDEIROS NASCIMENTO

Rua Antônio Vieira de Sá ,986

Aeroporto – Mossoró - RN

Tel (84) 9.9852-8771

**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DA COMARCA DE MOSSORÓ,
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

Autos n.º 0817769-03.2019.8.20.5106

Autor: Wender Costa de Oliveira

Ré: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

DOUTO JULGADOR,

Wender Costa de Oliveira, já devidamente qualificado nos autos da Ação de Cobrança em epígrafe que move contra a demandada, em trâmite neste M. Juízo, vem, por intermédio de seu bastante procurador que a esta subscreve, perante Vossa Excelência, apresentar **IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO**, em tempo hábil, expondo e ao final requerendo o seguinte:

A parte autora invocou a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para receber o seguro obrigatório DPVAT por invalidez, inviabilizado administrativamente pela promovida que, tomando como parâmetro as Circulares nº 050/2000 e Resolução n.º 56, ambas de lavra do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que efetuam pagamento menor.

I – DA PRELIMINAR SUSCITADA PELA DEMANDADA:

Ora, Douto Magistrado, as teses suscitadas pela ré não merecem prosperar visto que todos os documentos necessários para comprovação efetiva dos danos materiais sofridos pelo autor, foram devidamente acostado aos autos, somado a isto, faz-se



mister ressaltar que, na via administrativa, não houve o pagamento, sendo imprescindível o ajuizamento para que o autor possa receber o valor que lhe é devido.

Ainda neste sentido, os documentos acostados aos autos revelam também a incapacidade do autor em realizar suas atividades diárias, no entanto, faz-se necessária a realização de perícia médica, por profissional devidamente habilitado junto a este juízo, no intuito, de corroborar a veracidade dos fatos.

A parte autora, ao contrário do que afirma a requerida, segue as determinações elencadas no art. 5º da Lei nº 6.194/74, que determina o pagamento da indenização mediante a simples prova do acidente e do dano por ele provocado.

As preliminares suscitadas pela requerida se confundem com o mérito da presente lide, as quais noutras demandas foram julgadas todas improcedentes. Desta forma, não se fazendo tecer maiores comentários por serem matérias repetitivas, motivos pelos quais devem ser rejeitadas pelo Juízo.

II – DA MANOBRA DA REQUERIDA

Ora Douto Julgador, a Requerida, neste processo, só tem um objetivo: procrastinar o feito. Procurando dilatar ao máximo o pagamento do seguro DPVAT, conduta esta utilizada não só pela Demandada, como também pelas demais seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório (DPVAT) em nosso País.

Emérito julgador, conforme consta nos autos, verifica-se que a parte autora requereu a indenização do seguro obrigatório DPVAT pela via administrativa, entretanto, foi pago uma quantia desproporcional quando comparado com o dano sofrido pela vítima, não condizendo com a realidade vivida pelo requerente.

III – DA NECESSIDADE DA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL

Segundo o art. 31, II, da lei nº 11.945/2009, é determinado que todo pagamento deverá ser observado tomando como base a tabela, onde cada parte do corpo humano é quantificada mediante o grau de debilidade.



Observa-se que a extensão do dano deve ser quantificada por profissional devidamente habilitado, para que possa finalmente dimensionar o percentual a ser pago, tudo em conformidade com a norma legal supracitada.

E ainda, a Lei nº 6.194/74, em seu Art. 5º, não deixa margem para dúvidas quanto a percepção do DPVAT. Afirmando que:

O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

O Laudo serve para atestar a debilidade, portanto, é fundamental que a perícia seja realizada em conformidade com a Resolução nº 01/2001 de lavra do CNSP. E não pode ser levado em consideração uma Circular em detrimento da norma legal.

Inferre-se ainda que a Circular n. 056/2001, expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, estipulou uma tabela própria, encontra em rota de colisão com o disposto no art. 3º “b” da Lei n. 6.194/74. Esta que traz no espírito da Lei o quantum da indenização a ser paga, correspondendo ao total da invalidez permanente. Portanto, deve ser fixado de acordo com a proporcionalidade da lesão e não com os interesses macrofinanceiros das seguradoras que visam apenas o lucro sobre as vítimas de acidente de trânsito.

IV – DA PARCERIA FIRMADA ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E A SEGURADORA LÍDER

A Seguradora Líder firmou acordo com o TJ/RN, no sentido de arcar com as despesas para que demandas, como a reportada em tela, possam ter um desfecho mais célere, visto que, o deslinde de tais fatos tratam tão somente de realização da prova pericial.

O art. 5º, § 5º da Lei nº 6.194/74, afirma que basta tão somente a realização da prova pericial, quantificada em percentuais para poder as vítimas de acidente de trânsito serem indenizadas.

Segundo o acordo, o Magistrado poderá indicar médicos de sua confiança para realizar tais perícias, as quais terão um custo de R\$ 200,00 (duzentos reais), que deverão ser pagas pela autarquia. Portanto, torna-se totalmente desnecessária a



realização da audiência de conciliação, posto que a matéria a ser analisada é meramente pericial.

- DOS REQUERIMENTOS

Diante do exposto, requer que Vossa Excelência rejeite a preliminar arguida pela ré, e no mérito seja a presente ação julgada procedente, determinando-se a realização de perícia médica para apurar o grau de invalidez que acomete o autor, e assim condenar a ré nos exatos termos da inicial.

Requer ainda que, se digne Vossa Excelência, nomear perito de sua confiança para realizar a prova pericial, tudo em conformidade com resolução do TJ/RN, sendo intimada a parte ré para depositar em juízo os honorários periciais, e, querendo, indicar assistentes técnicos, indicar quesitos, **informando ainda que o autor não deseja a audiência de conciliação**, tendo em vista que a seguradora ré, em casos similares, não apresenta proposta de acordo com as vítimas, antes da realização da prova pericial, sendo desta forma feita a mais lúdima Justiça.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Mossoró/RN, em 10 de agosto de 2020.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

-OAB/RN 7469-



QUESITOS PARA SEREM RESPONDIDO PELO PERITO

a) Se a etiologia ou origem causal das lesões existentes na pessoa do autor é compatível com acidente com veículo automotor de via terrestre?

b) Quais as lesões ou disfunções ocorridas?

c) Nos termos do art. 3º, *caput*, da Lei nº 6.194/1974, se há **invalidez permanente**, isto é, **dano(s) anatômico e/ou funcional definitivo(s) (sequelas), não passível(is) de reversão terapêutica**, descrevendo-o(s) então detalhadamente;

d) Qual(s) o(s) segmento(s) corporal(s) atingidos? Percentual em desfavor do órgão vinculado?

e) Nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/1974, incluído pela Lei nº 11.945/2009, bem como da respectiva tabela anexa que acompanha esta lei, se a **invalidez permanente foi total** (repercussão na íntegra do patrimônio físico e/ou mental) ou **parcial** (repercussões em partes de membros superiores e inferiores);

f) **Em caso de invalidez total, quais os segmentos corporais atingidos, nos termos da referida tabela anexa?**

g) De acordo com o art. 3º, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 6.194/1974, **em caso de invalidez parcial**, se ocorreu **invalidez parcial completa, atingindo** de forma **completa** todo um segmento corporal (ou mais de um), ou **invalidez parcial incompleta**, atingindo de forma **incompleta**, descrevendo-o(s) então detalhadamente;

h) De acordo com esse citado inciso II, da Lei nº 6.194/1974, bem como da respectiva tabela anexa, **em caso de invalidez parcial incompleta**, se a **repercussão da lesão na anatomia e/ou funcionalidade do segmento corporal foi intensa (75%), média (50%), leve (25%) ou residual (10%)**;

i) Finalmente, **se, eventualmente, a lesão segmentar foi de tal monta que atingiu a funcionalidade de todo o respectivo membro** (Ex. Invalidez permanente em *ombro* comprometedora da funcionalidade de todo o *membro superior*; Invalidez permanente em *joelho* ou *tornozelo* comprometedora da funcionalidade de todo o *membro inferior*, etc.)





Antonia Emanuela Rodrigues da Silva Emanuela <mossoroseguros8@gmail.com>

RES: [SEGURO DPVAT]

1 mensagem

faleconosco@seguradoralider.com.br <faleconosco@seguradoralider.com.br>
Para: mossoroseguros8@gmail.com

9 de setembro de 2020 às 14:24

Senhor Wender, boa tarde!

Localizamos o sinistro de número: 3190535761 da cobertura por invalidez que foi negado, devido ao senhor ser a vítima proprietária do veículo que no momento do acidente estava inadimplente, não havendo direito a indenização pelo Seguro DPVAT conforme Resolução CNSP 332/15. Solicitamos o envio da correspondência informando que o senhor deu entrada no processo de forma administrativa na Seguradora Líder. O protocolo da solicitação é o de número: 20200135632 e o prazo de resposta é de até 15 dias úteis.

Atenciosamente, Suzana.

A Seguradora Líder-DPVAT agradece o seu contato.*Sempre que possível lave bem as mãos e evite contato com os olhos, nariz e boca.**Cuide-se e cuide de quem você ama. Vamos lutar juntos contra essa pandemia.*

#JuntosSomosMaisFortes.

www.seguradoralider.com.br

Leia nossa News e nosso Blog. Siga a Seguradora Líder nas redes sociais.

Facebook | Twitter | LinkedIn | Instagram | Youtube

De: mossoroseguros8@gmail.com**Enviada em:** 08/09/2020 13:08**Para:** faleconosco@seguradoralider.com.br**Assunto:** [SEGURO DPVAT]**SEGURO DPVAT - APP: FALE CONOSCO****Nome:** Wender Costa de Oliveira**CPF/CNPJ:** 08070409401**E-mail:** mossoroseguros8@gmail.com**Cidade - UF:** Mossoró - RN**Telefone:** (84) 998528771**Opções Selecionadas:** Pedido de indenização > Outra dúvida**Mensagem:** Boa Tarde, gostaria de pedir por gentileza que me enviem uma declaração informando que dei entrada no seguro dpvat, via administrativa, no intuito de comprovar o fato a pedido do juiz da 5ª Vara Cível, da comarca de Mossoró/RN.**EMAIL ENVIADO AUTOMATICAMENTE****ID:** 5387e866-a92d-43f3-89d7-3c71f81e7053



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA UNIFICADA CÍVEL DE MOSSORÓ/RN
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

PROCESSO Nº 0811005-64.2020.8.20.5106

CERTIDÃO

Certifico que a parte autora apresentou petição ID 59626651, razão pela qual faço os presentes autos conclusos.

Mossoró, 9 de setembro de 2020.

ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Auxiliar Técnico(a)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

Processo nº: 0811005-64.2020.8.20.5106

AUTOR: WENDER COSTA DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir todo o teor do despacho de ID nº 58401280, sob pena de indeferimento da petição inicial.

P.I.Cumpra-se.

Mossoró/RN, 11 de setembro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



em anexo





**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E EMPREGO**

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

165.43876.56-6

0476185 003-0 RN

Wender Costa de Oliveira




QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASIL

WENDER COSTA DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO: JOSE VALTER DE OLIVEIRA
ALZENIR COSTA DE OLIVEIRA
SEXO: MASCULINO

NASCIMENTO: 24/11/1989
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

NATURALIDADE: MOSSORO - RN
DOCUMENTO: RG 002776242 SSP RN

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995
CPF: 080.704.594-01

TIT. ELEITOR: _____
CIR: _____
SEÇÃO: _____
ZONA: _____

LOCALIDADE DE EMISSÃO: CENTRAL DO CIDADÃO MOSSORO - RN 11/08/2009

Caro Superior Alameda Faria

CONTRATO DE TRABALHO

POSTO IGUANA LTDA
CNPJ: 03.992.477/0001-99
End: RUA JEREMIAS DA ROCHA, 500
Bairro: SANTO ANTONIO CEP: 59611190
Município: MOSSORO UF: RN
Esp. Estab: Comércio varejista de combustíveis para veiculo
Cargo: FRENTISTA
CBO: 521135
Data de Admissão: 14/03/2017
Registro Nº: 65
Remuneração Específica: R\$ 948,54
(novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)

~~POSTO IGUANA LTDA~~

~~DATA DE SAÍDA: 02 DE AGOSTO DE 2017~~

~~ASSINATURA DO EMPREGADO~~

~~ASSINATURA DO EMPREGADOR~~

15 Vm Pg. 25



MOSSORÓ ADVOGADOS & ASSOCIADOS

Wamberto Balbino Sales

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

Rua Antônio Vieira de Sá, 986, Aeroporto

Mossoró – Rio Grande do Norte

**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

Processo nº 0811005-64.2020.8.20.5106

Autor: Wender Costa de Oliveira

Douto Julgador. (a),

Wender Costa de Oliveira, já devidamente qualificado nos autos da presente ação, a qual tramita perante este juízo, em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S.A., por intermédio de sua bastante procuradora que a esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, em atendimento a despacho proferido nos autos cadastrado sob o Id 59728043, expor e ao final requerer o seguinte:

Com relação a Carteira de Trabalho e Previdência Social, aduz o promovente que o citado documento segue em anexo, no intuito de comprovar sua hipossuficiência, conforme solicitado.

Pelo exposto requer a juntada do aludido documento aos autos, pugnando pelo deferimento da gratuidade judiciária, por ser hipossuficiente na forma da lei.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Mossoró-RN, 01 de outubro de 2020.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

-OAB/RN 7469-





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA UNIFICADA CÍVEL DE MOSSORÓ/RN
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

PROCESSO Nº 0811005-64.2020.8.20.5106

CERTIDÃO

Certifico que a parte autora apresentou petição ID 60966489, razão pela qual faço os presentes autos conclusos.

Mossoró, 7 de outubro de 2020.

ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Auxiliar Técnico(a)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0811005-64.2020.8.20.5106

AUTOR: WENDER COSTA DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.

Destaco que, por ocasião da pandemia do novo Corona vírus, as perícias ainda estão suspensas, no CEJUSC.



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo, termos em que pretendem cada parte conciliar, ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Tendo em vista a crise sanitária atual, devido a pandemia do novo Corona vírus, a autocomposição, se de interesse, deve ser providenciada através dos autos, independente da realização de audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 8 de outubro de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carnaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0811005-64.2020.8.20.5106

AUTOR: WENDER COSTA DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.

Destaco que, por ocasião da pandemia do novo Corona vírus, as perícias ainda estão suspensas, no CEJUSC.



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo, termos em que pretendem cada parte conciliar, ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Tendo em vista a crise sanitária atual, devido a pandemia do novo Corona vírus, a autocomposição, se de interesse, deve ser providenciada através dos autos, independente da realização de audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 8 de outubro de 2020.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Ciente do despacho cadastrado sob o id 61239756

